



O Processo Do Índio Na Educação Superior E Seus Desafios

The Indian Process In Higher Education And Its Challenges

Carninéia Maria de Araújo; Flavio Francisco Gomes Policarpo; Hayla Gonçalves; Jessica de Jesus Alves Pereira; Euzeanne Elias De Souza Rodrigues¹

¹Docente nos Cursos de Administração, História, Pedagogia, Sistemas de Informação na Universidade Estadual de Goiás - Unidade Goianésia - euzeanne@hotmail.com

Info

Recebido: 20/05/2019

Publicado: 31/05/2019

DOI: 10.29247/2358-260X.2019v6i1.p144-149

ISSN: 2358-260X

Palavras-Chave

Educação, Sistemas de cota, Índio, Centro oeste.

Keywords:

Education, Quota Systems, Indian, Midwest.

Abstract

In this article we will present a bibliographical basis of the journey of the indigenous people in education, focusing on enrollment in universities across Brazil, exposing the difficulties of their paths, the laws that guarantee these direct, the public agencies responsible for the length of legislation prioritizing the central west region . At the outset we will approach the historical context that directly influenced the affirmative actions of our constitution.

Resumo

Nesse artigo iremos retratar com base bibliográfica a jornada do povo indígena na educação com foco na

ingressão as universidades por todo Brasil expondo as dificuldades por seus caminhos, as leis que garantem esses direitos, os órgãos públicos responsáveis pelo comprimento da legislação priorizando a região centro oeste. Ao iniciar abordaremos o contexto histórico que influenciou diretamente as ações afirmativas da nossa constituição.

INTRODUÇÃO

É interessante pensar como nosso país é rico em cultura e saberes e como essa riqueza influencia de forma natural nossos costumes, cada região do Brasil tem sua característica como o sotaque, comida, entre outros. Essa diversidade é dada inicialmente por conta do nosso processo de colonização em 1500 em que o povo brasileiro foi formado por 3 grandes grupos étnicos: o branco, o índio e o negro.

O elemento branco foi representado basicamente pelos portugueses e também em algumas regiões como no Sul pelos invasores franceses e holandeses. O índio era o povoador

natural da terra e os negros começaram a chegar em meados do século XVI decorrente do sistema agrário escravista. É importante destacar que o apogeu da caça aos indígenas ocorreu no período da união Ibérica, quando através de uma disputa política para ver quem assumiria o trono de Portugal. Felipe II ameaçou invadir as fronteiras com tropas espanholas, conseguindo assim ser proclamado Rei de Portugal segundo. Silva, Wilney Fernando, 1979.

Após a independência de Portugal e várias lutas, os holandeses conquistam os portos de Portugal na África, quebrando o fluxo de abastecimento de escravos no Brasil. Com isso, a

busca dos bandeirantes por mão-de-obra indígena aumenta consideravelmente e em um certo ponto, essas expedições para o interior aumenta de tal forma que, os fazendeiros passam a produzir o suficiente para alimentá-los durante as expedições, tal como os índios que eram trazidos passam a substituir aqueles que perderam a vida durante as expedições.

Assim, guiados pela necessidade de mão-de-obra, estimulados pela difusão dos mitos, pela promessa de prêmios oferecidos pela coroa e com a consciência apaziguada pela justificativa da fé os paulistas marcharam para o sertão, pela gloria de Deus e enriquecimento do reino. (p.37) Silva, Wilney Fernando, 1979

Tanto o escravo africano, como o escravo indígena, não possui direitos sobre si mesmo, sendo considerado como mercadoria. O proprietário muitas vezes abusava de forma violenta das mulheres, o que gerou muitos filhos bastardos. Surgindo os mestiços, ou seja, da mistura do branco com índio tem-se o mameluco da mistura do branco com o negro apresenta-se o mulato e do índio com negro o cafuzo.

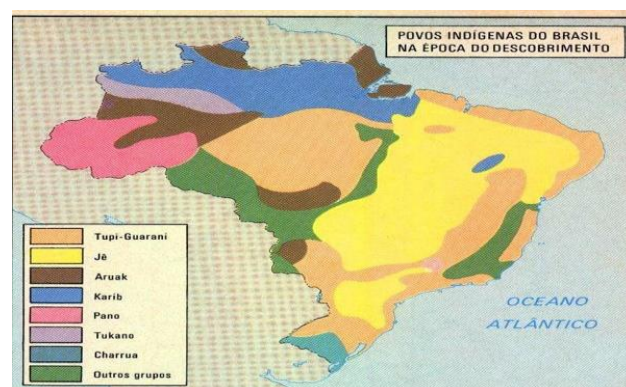
DESENVOLVIMENTO:

Além dessas variações os indígenas se classificam em nações, levando-se em conta as características étnicas e culturais.

Alguns das principais nações na visão de Marcia Moura da Silva: Os tupis que habitavam o litoral brasileiro desde o rio grande do Sul às amazonas. Ocuparam também alguns trechos do interior do país. Os Jês ou tapuias comparados aos

demais grupos eram o que se encontravam no mais atrasado estágio de desenvolvimento. Dominavam todo planalto central nas regiões de Minas Gerais, o estado de Goiás e parte do Mato Grosso, algumas tribos no Maranhão e no Piauí. Entre suas principais tribos podem-se citar: timbiras, aimorés, goitacás, cariris, carijós e caiapós. Os Nuaruaques: este grupo ocupava parte do amazonas e ilha de Marajó, e se estenderam fora do território brasileiro. Suas tribos aruás, Parecis, paumaris, cunibos, guanas, e terrenos. Caribas: Eram os mais violentos ocupavam a região do baixo amazonas e parte do amapá e Roraima, devido as práticas de antropofagia eram chamados de canibais. As principais tribos eram: palmelas, pimenteiras, nauquas, bocairis cotos, mariquitares e crixamas. (SILVA, 2013, p. 52-57).

No mapa a seguir mostra a localização das nações no período pré-colonial:



<http://realidadetranscendente.blogspot.com/2010/04/as-culturas-indigenas-no-territorio.html>

Acesso: 15/03/2019 às 15:12

Segundo Marcia cada tribo era composta por unidades menores – tabas ou aldeias – e cada uma delas formada por um conjunto de ocas, o comando da tribo ficava com o cacique e o chefe

religioso era o pajé. Suas crenças e lendas são passadas oralmente de geração em geração. Com a vinda dos Jesuítas ao Brasil começou a catequização dos povos indígenas, focando a moldagem dos índios brasileiros nas normas das civilizações europeias do período. Passando por grandes transformações desde 1549 que foi a chegada dos jesuítas. A educação indígena passou por melhorias, principalmente com os interesses dos próprios índios em busca de melhorias para suas aldeias focando na educação, saúde e direitos que por muitas vezes são retirados pelos governos políticos brasileiros.

No Brasil desde constituição federal de 1988 seguida pela lei de diretrizes e bases da educação garantem uma educação igualitária para todo cidadão em território nacional.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (MAGALHÃES, 2005, p. 25-26).

As leis existem para assegurar direitos para a sociedade, e no âmbito dos povos indígenas contem leis que o protegem desde as questões territoriais que por muito no Brasil é alvo de discussão mais é defendido por lei que toda tribo indígena tem direito de uso exclusivo de suas terras que tradicionalmente ocupam. Na constituição

federal de 88 sobre a Lei 6001/73 no decreto 1775/96 mostra:

Art. 1º As terras indígenas, de que tratam o art. 17, I, da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste Decreto. (MAGALHÃES, 2005, p. 25-26).

No âmbito educacional existem prioridades para determinadas classes brasileiras, os sistemas de cotas fundado nos Estados Unidos Da América no ano 1960 com intuito maior na diminuição da desigualdade existente na sociedade em geral. No Brasil o sistema de cotas chegou com ênfase em meados dos anos 2000 com a primeira implementação do sistema na Universidade Estadual Do Estado Do Rio De Janeiro que estabeleceu em seu vestibular uma porcentagem de 50% de vagas para possíveis universitários de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro.

Mas somente no ano de 2012 foi sancionada dentro da lei número 12.711; sendo regulamentada pelo decreto número nº 7.824/2012 que traz as normas e regras contidas no sistema de reserva de vagas nas universidades públicas e federais.

Assegurando vagas para grupos étnicos específicos e para alunos que tiveram sua formação base em escolas públicas. As leis existem no Brasil, mas será que estão no seu devido exercício para os índios? Como esses indígenas são acolhidos e incluídos no âmbito da universidade?

Os progressos na Educação Escolar Indígena têm contribuído para que cada vez mais estudantes se interessem em cursar o nível superior. As ações afirmativas e as políticas específicas também protagonizam a boa notícia. No entanto, inúmeros são os desafios enfrentados para o ingresso e permanência na universidade. (Abiorana, Kézia. 2018, FUNAI)

O acesso está crescendo a cada ano devido ao sucesso de leis que abrem as portas para os universitários indígenas, os números do Inep 2015/2016 traz que o número de ingressantes nas universidades cresceu em 52,5, e o número de concluintes teve um acréscimo de 32,18. Com esse crescimento existe incluso o sentimento de retorno as aldeias para buscar melhores condições para sua tribo, constituindo assim escolas com professores docentes indígenas e podendo trabalhar com seus alunos tanto a língua portuguesa quanto a língua nativa do seu povo (não perdendo essências nativas de seu povo como acontece no caso de alunos que sai de sua tribo para se ter uma educação em escolas em cidades fora da regional de sua aldeia), posto de saúde com médicos preparados com conhecimentos adquiridos durante sua jornada universitária e conhecimentos próprios como membros da sociedade em questão, constituindo assim uma melhor sociedade indígena com respeito aos valores e costumes de cada tribo no território brasileiro.

Contudo esse processo que o indígena passa pela universidade chega ser de grande e tal dificuldade que muitos acabam por desistirem de seus curso por uma variedade de fatores, para se ter, a entrada nas universidades, o índio necessita

de comprovar sua indianidade (por motivo ser o grande número de pessoas querendo se aproveitar do sistemas de cotas), e em muitos casas o indivíduo tem que assinar um termo de compromisso firmado com sua tribo para declarar que não irá negar sua origem e costumes; o índio tem grande dificuldade ao sair de sua aldeia e se encontrar em cidades aonde o comercio é uma das bases sociais e o índio vem de uma sociedade aonde a base é estabelecida em plantações para seu auto sustento.

Um dos documentos que compravam é o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI fornecido pela Funai que é utilizado para solicitação de registro civil, importante lembrar que ele não substitui a certidão de nascimento. Outro ponto que os universitários indígenas sofrem é com a visão mistificada do seu caráter como sendo “preguiçoso”. A vergonha ou medo do preconceito também é uns dos fatores que influenciam o abandono da nova sociedade, no artigo educação trajetória e desafios de uma jovem indígena mostra claramente esse ponto:

Eu que vim de cultura diferente, tudo era novidade para mim, sentia medo, com o tempo fui me adaptando, aprendendo e compreendendo o português e os conteúdos passados pela professora. No ensino médio já estava fluente no português facilitando a compreensão dos conteúdos. No entanto raramente conseguia expor meus conhecimentos devido ao medo que sentia de falar algum português errado [...] (JOVEM INDÍGENA TENTE HAR).;

A fundação nacional do índio (FUNAI) foi fundada no ano de 1967 por meio da lei nº 5.371, sendo sua função promover estudos identificação, demarcação, regulação fundiária, registro de terras ocupadas por índios, promover políticas para o desenvolvimento sustentável das populações, compete também a essa organização estabelecer articulações interinstitucional para a garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas. Tendo assim a função de fiscalizar e analisar a funcionalidade das leis e decretos sobre o direito estabelecido a classe indígena brasileira. Dentre os benefícios os universitários indígenas detêm o direito a bolsas específicas como o programa bolsa permanente (PBP) que são destinadas aos estudantes universitários de etnias indígenas e quilombolas no valor de 900 reais para evitar que esses estudantes desistam de seus cursos por motivo das dificuldades de se encontrar empregos. Em muitos deveres a instituição Funai tem se estabelecido e trazido a atenção para os índios nativos do Brasil. Mais essa instituição tem seus pontos fracos a serem analisados. Muitos relatos de indígenas são encontrados levantando críticas sobre o abandono que a instituição.

Os alunos indígenas muitas vezes percebem a FUNAI como sendo omissa diante deles. A instituição apenas contribui com o auxílio financeiro, mas não se percebe preocupação ou interesse em saber como anda o indígena na IES ou como está sua situação em Brasília. (Silva, Josinaldo alt. p118)

Desta forma o universitário em questão se encontra em forma de abandono em muitos casos pois em muitos casos não é só o apoio financeiro que se conta para esses índios em muitos casos o maior ponto de sofrimento é o isolamento, saudade de suas famílias e o preconceito que muitos enfrentam dentro das universidades. Além de se encontrar casos de situação que chega aos limites extremo por causa de atrasos que ocorrem das bolsas e muitos desses alunos sofrem com falta de alimentos ou atrasos de alugueis de seus apartamentos ou kit-net onde residem.

Esses fatores enfrentados pelos universitário indígenas interferem diretamente em seus desempenhos em sala de aula fazendo haver o grande número de desistência dessa classe em universidades brasileiras, o que era sonho de conquistar uma profissão e ajudar sua aldeia ou a sociedade em geral, acaba se tornando um verdadeiro pesadelo cheio de dificuldades e sofrimento dos indígenas que saem de suas tribos e aldeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Dentro de um estado democrático que existe em vigor no Brasil onde todo cidadão detém direito igual e exige respeito pelos direitos humanos, o indígena que em seu contexto histórico é o detentor originário das terras que é localizado o Brasil. Por um longo período de tempo foi simplesmente ignorado, sem deter nenhum direito perante a lei, somente 1910, vinte anos após a promulgação da República, foram criados mecanismos jurídicos e administrativos específicos, em âmbito federal, para conduzir as relações junto aos povos indígenas. Depois desse longo tempo de prejuízos para os indígenas do território Nacional brasileiro muitos aspectos já se evoluíram e como o texto bem salientou as portas das universidades foram abertas para muito dos índios, ainda com um caminho repleto de dificuldades e necessário refletir e analisar a permanência por completa dessas classes nas universidades brasileiras.

É considerada de suma importância a existência de comissões e grupos de trabalho nas universidades que realizem em específico a gestão do programa de ingresso e

permanência indígena. Como exemplo, há a preocupação desses pesquisadores em compreender a atuação do Grupo Gestor da UFSCar, que faz reuniões mensais com os estudantes indígenas (Jodas, 2012), e da Comissão Universidade para os Índios (Cuia), que é uma comissão interinstitucional para o acompanhamento dos estudantes de todas as universidades estaduais do Paraná. (Bergamaschi, Maria. 2018 p. 45)

Fazendo além elaborações financeiras e políticas. Estabelecer uma interação humanitária e com diretos iguais para todos perante as universidades brasileiras, tornando uma sociedade brasileira mais bem igualitária para todos como é previsto por lei.

REFERÊNCIAS:

- <http://www.justica.gov.br/news/estudantes-indigenas-ganham-as-universidades> Acesso: 15/03/2019 às 15:12
- <http://flacso.org.br/?publication=politica-de-acao-afirmativa-a-insercao-dos-indigenas-nas-universidades-publicas-paranaenses> Acesso: 15/03/2019 às 15:12
- <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-37.pdf>Acesso: 15/03/2019 às 10:12
- http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-77/21206 Acesso: 16/03/2019 às 14:12
- <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4720-cresce-o-numero-de-estudantes-indigenas-nas-universidades> Acesso: 15/03/2019 às 15:30
- <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos> Acesso: 15/03/2019 às 15:35
- https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/mapas/pop_indigena_tot_2010.pdf Acesso: 16/03/2019 às 18:35
- <https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/inep/censo-da-educacao-superior.html> Acesso: 16/03/2019 às 17:15
- Silva, Wilney Fernando, 1979- A influência do catolicismo na educação de Porteirinha/MG (1937- 1962) / Wilney Fernando Silva. - 2018. 342
- BONIN, I. T. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). Povos indígenas & educação. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104. Acesso: 16/03/2019 às 18:35
- ATHAYDE, F. L. O. Ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010. Acesso: 16/03/2019 às 18:43
- https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA27_ID2165_27092016204658.pdf Acesso: 16/03/2019 às 18:30
- <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103485/318231.pdf?sequence=1> Acesso: 16/03/2019 às 19:45